

1. Guia de conteúdos

Neste guia indicamos e explicamos as novidades mais importantes que o manual apresenta, no plano dos conteúdos, em relação à edição anterior. Além disso, demarcamos os conteúdos que são centrais, à luz do Programa, das matérias mais periféricas, esclarecendo assim os percursos possíveis que o manual permite.

Parte 1

Racionalidade argumentativa e filosofia

Capítulo 1 – Argumentação e lógica formal

Este capítulo tem por objectivo único apresentar alguns conceitos centrais necessários para o estudo do capítulo seguinte. Em conformidade com o Programa, apresenta-se a distinção conceptual fundamental entre verdade e validade, retomando a definição de argumento estudada no 10.º ano. Apresenta-se também uma distinção preliminar entre argumento dedutivo e argumento não dedutivo, assim como o próprio conceito de lógica formal.

Relativamente ao manual anterior, verifica-se uma muito maior simplificação e a inclusão de muitíssimos menos conteúdos. Estudantes e professores vêem assim a sua tarefa facilitada, permitindo-lhes entrar mais rapidamente na lógica aristotélica ou proposicional.

Capítulo 2 – Lógica proposicional clássica

Neste capítulo apresentam-se todos os conteúdos exigidos pelo Programa relativos à lógica proposicional. A fim de facilitar a orientação de estudantes e professores, as matérias foram divididas em quatro secções, sendo as duas últimas opcionais. O capítulo apresenta a lógica proposicional de um modo orgânico e muito próximo da linguagem natural. Uma inovação introduzida neste manual é a inclusão, nos exercícios, de todos os argumentos filosóficos substanciais discutidos noutros capítulos. Inclui-se também muitíssimos mais exercícios do que no manual anterior, respondendo assim ao pedido de muitos professores. Também a pedido de muitos professores, inclui-se agora duas novas secções sobre a disjunção exclusiva.

Capítulo 3 – Lógica silogística

Respondendo à solicitação de muitos professores, o capítulo dedicado à lógica silogística foi completamente reescrito, incluindo muitos conteúdos

inteiramente novos. O objectivo foi tornar este capítulo tão útil quanto possível aos estudantes, para compensar as limitações próprias de uma lógica de aplicação muitíssimo restrita. Temos consciência de que se trata de uma abordagem muito diferente do habitual, mas trata-se de um esforço de actualização, estando em sintonia com a bibliografia mais recente da área. Esta abordagem tem duas vantagens, entre outras: exige menos «regras» (usamos apenas cinco) para a determinação da validade silogística; e permite o uso de classes vazias.

Além da teoria silogística, inclui-se, a título opcional, alguns aspectos da teoria da conversão e da lógica estóica.

A fim de facilitar a orientação de estudantes e professores, as matérias foram divididas em quatro secções, sendo as duas últimas opcionais.

Capítulo 4 – Argumentação, filosofia e retórica

Este capítulo integra cinco secções, articulando as partes do Programa designadas por «Argumentação e Retórica» e «Argumentação e Filosofia». Os conteúdos centrais são as noções de argumento cogente e de falácia (secções 1 e 2), assim como a aplicação prática dos instrumentos argumentativos ao estudo da filosofia (secção 4).

Parte 2

Descrição e interpretação da actividade cognitiva

Capítulo 5 – Estrutura do acto de conhecer

Em conformidade com o Programa, começa-se por uma abordagem do conhecimento em função dos elementos constituintes do acto de conhecer. Nesse sentido, distingue-se os vários tipos de conhecimento.

Passamos depois a analisar os elementos constituintes do conhecimento proposicional. Esta análise permite-nos tentar responder a uma dos problemas centrais da teoria do conhecimento, nomeadamente, a questão de saber o que é o conhecimento. As secções em que se esclarece os vários elementos constitutivos do conhecimento foram todas elas profundamente revistas e ampliadas.

Depois de apresentada a definição tradicional de conhecimento e respectivos contra-exemplos, introduzimos algumas subsecções inteiramente novas onde se discutem os contra-exemplos, uma possível resposta a estes e respectivas críticas.

Termina-se o capítulo com a introdução de algumas distinções centrais em filosofia, nomeadamente, a distinção entre conhecimento *a priori* e conhecimento *a posteriori* e entre conhecimento primitivo e derivado.

Capítulo 6 – A possibilidade do conhecimento

O Programa propõe que se confrontem duas teorias explicativas do conhecimento, sem dar qualquer indicação sobre o problema do conhecimento a tratar. Foi, portanto, preciso optar por um dos problemas centrais da epistemologia, tendo-nos parecido mais adequado tratar do problema da possibilidade do conhecimento.

Este é um problema muito discutido ao longo da história da filosofia e tem a vantagem de proporcionar um percurso filosófico bastante mais acessível e estimulante do que qualquer dos outros problemas, além de dar sequência natural ao capítulo anterior: no capítulo anterior perguntava-se o que é o conhecimento e quais as condições necessárias para conhecer algo; neste pergunta-se se há realmente conhecimento e se essas condições são alguma vez satisfeitas.

O modo mais intuitivo de fazer o aluno compreender o problema é confrontá-lo com os argumentos dos cépticos. Assim, a primeira secção serve precisamente para ajudar o aluno a compreender e a formular correctamente o problema. As duas secções seguintes são a parte mais substancial do capítulo, pois apresentam duas respostas diferentes ao desafio inicialmente colocado: a resposta de Descartes, segundo a qual os argumentos cépticos são insuficientes para mostrar que o conhecimento não é possível e a teoria de Hume, de acordo com a qual a tentativa de Descartes não é bem sucedida.

A primeira secção foi substancialmente revista, apresentando-se de forma mais clara e acessível os principais argumentos dos cépticos. A segunda secção, sobre Descartes, sofreu apenas pequenas alterações. A última secção, sobre Hume, é completamente nova. Dado as posições de Descartes e de Hume relativamente ao problema da possibilidade do conhecimento dependerem, em parte, das suas posições acerca do problema da origem do conhecimento, aproveitou-se para confrontar as posições de ambos também em relação a este problema, abordando um tema muito popular entre professores: o confronto empirismo-racionalismo.

Parte 3 O conhecimento científico

Capítulo 7 – Conhecimento vulgar e conhecimento científico

Em conformidade com o Programa, introduz-se a filosofia da ciência procurando demarcar o senso comum do conhecimento científico. Propomos a perspectiva bastante consensual de que a ciência se distingue do senso comum em virtude do seu poder explicativo superior.

Esta perspectiva conduz a um dos problemas centrais da filosofia da ciência: o que é uma explicação científica? A última secção do capítulo incide neste problema e consiste numa apresentação e discussão do chamado «modelo nomológico» das explicações científicas. Escolhemos este modelo porque é a partir dele que se tem desenvolvido todo o debate filosófico sobre a estrutura das explicações científicas.

Abreviámos e tornámos mais acessível esta secção, em grande medida pela eliminação de terminologia técnica dispensável a um nível introdutório.

Para o cumprimento do Programa, não é estritamente necessário abordar o problema da explicação científica. Por isso, pode-se optar por não leccionar a última secção deste capítulo, de modo a dar mais atenção aos conteúdos dos dois capítulos seguintes.

Capítulo 8 – Ciência e construção: a verificabilidade das hipóteses

Este capítulo centra-se na filosofia da ciência de Karl Popper e na sua oposição ao indutivismo.

As duas primeiras secções ocupam-se de dois aspectos diferentes do falsificacionismo de Popper: na Secção 1, discute-se o critério da falsificabilidade por oposição ao critério da verificabilidade; na Secção 2, discute-se a metodologia das conjecturas e refutações por oposição à metodologia indutivista. Ambas as secções são essenciais.

A Secção 3, dedicada ao problema da indução, é inteiramente nova e opcional. Nela desenvolve-se a teoria do conhecimento de David Hume e clarifica-se a sua relação com o falsificacionismo. O texto final, de Hilary Putnam, é um contributo muito importante para a avaliação do falsificacionismo.

Capítulo 9 – A racionalidade científica e a questão da objectividade

Neste capítulo discutem-se as teorias de Karl Popper e de Thomas Kuhn sobre as questões da objectividade científica e da racionalidade da mudança de teorias na ciência.

As três secções que o constituem são essenciais e igualmente importantes. A exposição da teoria de Kuhn sobre a objectividade na ciência foi significativamente desenvolvida.

Parte 4

Temas/problemas da cultura científica e tecnológica

Capítulo 10 – A Inteligência Artificial

Este é um capítulo inteiramente novo no manual. Com a sua introdução, pretendemos diversificar os temas/problemas disponíveis. De um modo geral, propõem-se para esta rubrica apenas temas/problemas de ética aplicada ou de filosofia política, mas o Programa não coloca de forma alguma esta limitação. Por isso, optámos por incluir na Parte 4 um capítulo sobre filosofia da mente, uma das áreas mais cultivadas na filosofia desde a segunda metade do século XX.

O capítulo centra-se no problema da possibilidade de as máquinas pensarem: um problema que, além de ser cativante, é sem dúvida uma questão da cultura científica e tecnológica, dado que se nos coloca sobretudo devido ao desenvolvimento do computador.

De uma forma muito acessível, evitando tanto quanto possível o uso de terminologia técnica, o capítulo apresenta um dos argumentos mais discutidos na filosofia da mente: o argumento do quarto chinês, de John R. Searle, que se baseia numa experiência mental extremamente apelativa.

O argumento de Searle foi alvo de muitas objecções. Para a discussão do argumento, seleccionámos duas das mais influentes e simples. Searle tenta responder a essas objecções no texto que conclui o capítulo, pelo que recomendamos o seu estudo na aula.

Capítulo 11 – A industrialização e o impacto ambiental

Este capítulo inicia-se com uma secção sobre os requisitos do raciocínio moral prático, a qual é fundamental para se compreender e avaliar o debate de ética ambiental.

Na secção 2 apresenta-se o primeiro exemplo de uma ética ambiental para que o estudante possa avaliar. Como tal, as secções 1 e 2 são suficientes para garantir que o estudante tenha uma compreensão mínima do debate em ética ambiental.

As secções 3 e 4 consistem em mais dois exemplos de éticas ambientais de modo a aprofundar a compreensão do estudante; daí que apesar de importantes, possam não ser leccionadas e o professor poderá optar por deixar ao estudante a tarefa de as estudar em casa.

Capítulo 12 – A clonagem humana

Este capítulo começa com uma secção que oferece alguma informação essencial de carácter biológico,

sem a qual poderão persistir alguns equívocos comuns e graves acerca da natureza da clonagem.

A discussão filosófica da clonagem humana inicia-se, na segunda secção, com o problema de saber se a clonagem reprodutiva é eticamente aceitável. Apresentam-se diversas objecções à clonagem reprodutiva e as réplicas dos defensores da clonagem a essas objecções.

A terceira secção é nova e consiste numa introdução ao problema de saber se a clonagem terapêutica é eticamente aceitável.

Parte 5

Desafios e horizontes da filosofia

Capítulo 13 – A filosofia e as outras áreas do conhecimento

Este capítulo foi profundamente revisto, propondo-se agora um percurso filosoficamente mais substancial. Apenas a secção inicial se mantém, embora tenha sido abreviada. O objectivo desta secção é confrontar brevemente a filosofia com outras áreas culturais, como a ciência, a arte e a religião. Aí se refere a preocupação comum com a questão da verdade e o contributo de cada uma delas para a uma noção abrangente de racionalidade; noções (verdade e racionalidade) que serão discutidas nas duas restantes secções.

Na secção seguinte aborda-se, precisamente, a noção de verdade, discutindo-se as principais teorias metafísicas da verdade: as teorias da correspondência, da coerência, pragmatista e da redundância.

A última secção discute a noção de racionalidade, distinguindo-se a chamada racionalidade teórica (racionalidade da crença) da racionalidade prática (racionalidade da acção).

Capítulo 14 – Cidadania

Este capítulo apresenta um tratamento filosófico da cidadania, situando-se no âmbito da filosofia política contemporânea. Apresentam-se as principais teorias da cidadania, e respectivas críticas, assim como os conceitos fundamentais para se compreender o problema que está em causa. O capítulo foi profundamente revisto, para se tornar mais simples e claro.

Capítulo 15 – O sentido da vida

Este capítulo aborda o problema do sentido da vida na filosofia contemporânea. Procura abordar o problema de modo algo diferente do que se fez no 10.º ano. O capítulo foi profundamente revisto, com o fim de o tornar mais simples e claro.